

## Eco-trilho Bobadela – Travanca de Lagos

### Na rota da herança cultural judaica.

Quando pretendemos retratar a herança judaica na Península Ibérica, temos de recuar ao tempo em que, tanto o próximo oriente como o ocidente peninsular, estavam sob o jugo do Império Romano, ainda que em níveis de interação distintos.

Corria o ano 70 d.C. quando o General Tito, futuro imperador, impôs pesada e desmoralizante derrota aos judeus durante a Grande Revolta, aniquilando Jerusalém e o seu segundo templo, do qual resta hoje o Muro Ocidental conhecido como o *das Lamentações*. Por oposição, nesta altura, terminava-se o anfiteatro de Bobadela, para o usufruto de espetáculos de combates entre gladiadores ou com animais exóticos. Realidades geográficas e sociais diversas, que pautaram as vivências durante o Império Romano, sendo demonstrativas da extensão e alcance do mesmo.

Se pelo fim do séc. I d.C. a Bobadela, e a Lusitânia em geral, viviam o esplendor da monumentalidade característica da época romana, o mesmo não acontecia com a comunidade judaica no próximo oriente. Cada vez mais se sentiam exacerbados pelo domínio militar romano, totalmente demonstrado numa vitória retumbante em 135 d.C., que confirmou o decreto de 132 d.C que expulsava e proibia os judeus de viverem em Jerusalém, obrigando-os a mais um êxodo na sua já milenar história.

Foi assim que a comunidade dispersou pelas várias províncias romanas, gradualmente, e a Lusitânia não foi exceção. Os testemunhos mais antigos no território atualmente português são, um anel encontrado na cidade romana da *Ammaia*, que alude à festa dos Tabernáculos ou *Sukot* e uma lápide funerária, de Mértola, que tem inscrita, entre outras gravuras, uma *menorah* e a data de 482 d.C..

Se para a Bobadela romana, e a Lusitânia em geral, o nosso desconhecimento sobre esta comunidade é quase pleno, sabemos que a mesma permaneceu em *Sefarad* após a queda do império romano do ocidente, acompanhando todas as vicissitudes históricas que acompanharam a História de Portugal, como os *sefarditas* (Península Ibérica em hebraico, *Sefarad*,

como era para os romanos a *Hispania* ou para os gregos a *Iberia* | Outros grupos de judeus que se estabeleceram nesta época são os *Askenazes* na Europa do Norte, p.e.).

Cerca de cem anos após a queda do império, Recaredo I, Rei dos Godos e Suevos, convertendo-se, e ao reino, ao cristianismo de Roma em 587 d.C. em pleno concílio de Toledo, persegue os *sefarditas*, sendo o primeiro registo das múltiplas que ocorreram em *Sefarad* daí em diante.

Apesar desse intento a comunidade foi-se adaptando à convivência com muçulmanos e cristãos, registando-se, inclusivamente, uma doação de um *iudeis in Quires* (zona de Coimbra) ao mosteiro de Celanova, em 950 d.C..

No processo de conquista dos reinos cristãos, os judeus eram vizinhos e coabitavam nas cidades islâmicas de então, havendo particular atenção aos mesmos, como depreendemos num registo de 1095, quando Afonso VI de Leão toma providências em Santarém para impedir o assassinio de judeus, ou até mesmo com D. Afonso Henriques, referindo-se-lhes no foral de Lisboa.

Em 1129 d.C., em Coimbra, esta comunidade vivia em *comuna*, numa rua própria, conhecidas como *judiarias*, detendo os seus oficiais e sinagoga, que centravam a vida religiosa, social, cultural e política.

As sinagogas eram regulamentadas, particularmente, e podiam ser construções erguidas de raiz, como em Tomar e Lisboa, ou então utilizando uma moradia de um membro da comunidade, adaptada para esse efeito, não podendo ultrapassar a altura máxima de uma igreja. A instalação destes espaços seguia determinadas regras e não uma linha arquitetónica definida, bastando a parede de oração estar virada a nascente, existirem janelas rasgadas em local elevado (com acesso a uma área para as mulheres), um pátio, água próxima e outras dependências anexas.

À *comuna* pertenciam os judeus pobres, mesteirais e homens-bons, que eram governados por um *arrabi*, com funções administrativas e legislativas, dispondo ainda de vereadores, procuradores, almocatés e juiz. A *comuna* era a instituição reguladora da vida e do espaço judaico e o principal intermediário no relacionamento com os poderes exteriores à comunidade,

como com a *vereação*, a administração régia e outras instituições cristãs.

Onde os judeus não estavam organizados em *comunhas*, dispendo apenas de uma ruela ou vivendo no meio dos gentios, estavam dependentes das *comunhas* vizinhas para realizar as atividades litúrgicas, pagar impostos, enterrar os seus mortos, etc.

O *arrabi* era eleito pela *comunha*, necessitando sempre da outorga do *arrabi-mor*, que por sua vez era apontado diretamente pelo rei.

Os monarcas portugueses lidaram de formas diferentes com a comunidade ao longo do tempo. Alguns foram tolerantes enquanto estes detinham um papel fundamental na sociedade, exercendo artes e ofícios relevantes, como físicos e cirurgiões; por serem agentes fundamentais na vida económica e financeira do reino; ou mesmo por serem uma comunidade, maioritariamente letrada, fruto dos rituais religiosos que envolvem o estudo aprofundado do seu livro sagrado, a *Torah*.

Apesar disso, os mesteirais e outros judeus de baixa condição social seriam a maioria, registando-se, bem perto, o exemplo em Gouveia, de uma comunidade maioritariamente de sapateiros (11 em 42 indivíduos).

Porém, eram os *rendeiros* que emprestavam dinheiro a juros, os *mercadores*, ou aqueles responsáveis pela coleta de impostos, que se sujeitaram a uma maior carga pejorativa relativa aos judeus, que gradualmente foram sendo demonizados, carregando epítetos verdadeiramente depreciativos e preconceituosos, muitos deles enraizados até aos dias de hoje e que não fazem qualquer sentido, pois, perigosamente generalizam o que deve ser olhado sobre as particularidades da experiência da condição humana.

Eram uma sociedade hierarquizada, com uma forma de gestão consolidada e similar ao concelho cristão, com as posições de relevo a serem ocupadas pelos personagens que dominavam as funções religiosas e por quem usufruía de condições económicas favoráveis.

Disponham de uma série de infra-estruturas essenciais para a vida em comunidade, que não se distinguiam arquitetonicamente das dos cristãos, sendo só obrigatório o cumprimento de alguns rituais religiosos associados ao seu estabelecimento – em localidades mais pequenas até seriam espaços

comuns a qualquer dos credos – como o forno de cozer pão, tabernas, confrarias para ajudar os mais pobres, açougues, cadeias, estalagens e cemitérios.

Em judiarias maiores, as suas ruas eram divididas por atividades, como rua dos mercadores, ferrarias, sapatarias, alcaçarias, etc. A comunidade estabelecia-se, preferencialmente, ao longo de eixos comercialmente dinâmicos e a sua localização e orientação eram idênticas na organização social e patrimonial da paisagem urbana cristã, onde por entre o português antigo o ladino também se escutaria.

É necessário compreender, ainda, que a sua vida comunitária por rua ou bairro não significou sempre uma imposição ou pressão da comunidade cristã. Foi, inicialmente, uma necessidade, visto estarem rodeados de uma sociedade etnicamente diferente, havendo a necessidade de se aglomerarem sob o ponto de vista da solidariedade e da entreaajuda, o que pode ter sido prejudicial conforme se intensificam os eventos da idade média portuguesa.

Com o aproximar do fim da Idade Média as tensões cresciam, inflamadas pelo preconceito religioso e social, a grande fome do século XIV ou a peste negra que, invariavelmente, começou a ser imputada aos judeus pelo fanatismo cristão.

Uma das formas de observar esta tensão crescente é na tendência que os cristãos assumem ao “empurrar” a comunidade para as zonas da muralha ou usando a topografia, como forma de encerrar os espaços, construindo igrejas para delimitar o espaço judaico com objetivo de exorcizar as suas práticas, condicionando o uso da paisagem e do espaço urbano pelos judeus, visível, por exemplo, na implantação da Igreja de S. Vicente, na cidade da Guarda.

Toda esta situação culmina numa situação improvável que conjuga o azar da morte do príncipe Afonso, filho de João II e a necessidade e astúcia política de D. Manuel I, que vem acrescentar mais uma achega à fogueira em que se transformava a realidade social, cultural, religiosa, demográfica e urbana da transição para a época moderna portuguesa.

Se desde 1492, com o édito de expulsão dos reis católicos espanhóis, uma massa na ordem da centena de milhares irrompe por Portugal,

pressionando uma cada vez mais insustentável situação de convivência generalizada, a mesma receita foi aplicada por D. Manuel I em 1496, numa tentativa de levar adiante o casamento com a Infanta Isabel de Espanha que impunha, pelo menos, a conversão forçada dos judeus portugueses ou a sua expulsão.

Este ato teve como consequência direta uma nova realidade social, onde a bipolarização estava construída em torno dos cristãos-velhos e cristãos-novos, precipitando eventos violentíssimos e fatais, como o *progrom* de 1506 em Lisboa, onde morreram mais de 2.000 judeus. As perseguições a esta comunidade alastravam pelo reino, conhecendo-se episódios horrendos entre 1528 e 1531 em Gouveia, por exemplo.

Era este o cenário, já de si desolador para os judeus, quando em 1536 o papa Paulo III, emite a bula "*Cum ad nihil magis*" que instituiu a Inquisição Portuguesa, que espalhou o terror absoluto sobre as comunidades cristãs-novas, que na sua grande maioria era acusada de práticas judaizantes, constituindo esse o principal eixo da atividade do Tribunal do Santo Ofício.

O manancial de informação produzido por esta infame instituição é um dos maiores tesouros da história nacional, demonstrando a ferocidade com que se atuava sobre estas pessoas, sem qualquer tipo de pudor, muitas das vezes, mas também nos dão a conhecer os seus nomes, muitas vezes transparecendo as angústias aos apsetos mais corriqueiros da vida das pessoas.

É neste cenário que a expansão portuguesa também decorre, atingindo, inclusivamente, o seu auge, não só imperialista e económico, mas também vivendo uma época de ouro na cultura portuguesa com os manuscritos de Luís Vaz de Camões e Gil Vicente à cabeça, que demonstram a esquizofrenia vivida pelo país nessa época.

O segundo autor, de forma mordaz e até mesmo provocatória, expunha as precárias condições sociais dos cristãos-novos do reino, quase descaradamente, ao D. João III, que ainda assim permitiu e fomentou a perseguição da Inquisição sobre a comunidade, que se alastrava, conseqüentemente, ao resto da população que talvez pelo clima de impunidade que os cristãos-velhos sentiriam, se foi agravando.

Contudo, este não foi o fim nem a desistência de lutar pelo direito à vida desta comunidade em particular. Muitos saíram do país em direção ao norte da Europa, e nomeadamente, aos Países Baixos, através dos quais prosseguem a sua caminhada coletiva em direção às Américas, onde fundam comunidades na costa leste dos atuais E.U.A. e no noroeste do atual Brasil, marcando um novo capítulo na história da comunidade judaica.

Os que por cá ficaram encontraram estratégias de sobrevivência, muitas vezes também se deslocando de localidade em localidade, até se estabelecerem numa determinada onde se sentisse segurança juntamente com outros da sua comunidade, criando novas formas de preservar a sua fé e tradições, que ficaram conhecidos como os criptojudes que, essencialmente, se definiam por manterem uma vida dupla, entre a privacidade do seu lar onde eram transmitidos os ensinamentos e rituais judaicos, até mesmo, escolhendo um nome privado e um outro público, cristão, assim como se assumiam perante a sociedade, fora do conforto relativo do seu lar.

A tradição popular identifica muitos dos imóveis da arquitetura tradicional portuguesa, alguns remontando ao séc. XVI e XVII, que apresentam cruciformes inscritos nas suas ombreiras e fachadas, como habitações desta comunidade, que progressivamente se foi integrando nas comunidades e que com o passar do tempo foram diluindo o sentimento persecutório através da convivência e relacionamento de vizinhança nas aldeias, vilas e cidades de Portugal.

Se de fato existem formas de identificar imóveis de judeus na Idade Média, nomeadamente, procurando a existência de uma *mezuzah* (ranhura com cerca de 12X6X4 na face interna da ombreira direita da porta, onde se inseria um pergaminho num recipiente que continha a reza do *Shemá Israel*, correspondente a uma prática de tocar, beijar e recitar, sempre que se entrava ou saía da habitação), esta estrutura seria de ignorar em épocas de perseguição a esta comunidade, que era assim, facilmente identificável. Apesar de alguns exemplos ainda existirem, como na Guarda, Trancoso ou Folgoso (Gouveia), estes são extremamente raros.

Assim, muitas vezes procuramos, nas cruces inscritas nas ombreiras das portas, em inscrições ou em recessos abrasados como se da base para

amoladores se tratassem, os sinais que nos permitam compreender, juntamente com outros dados, quando possível, documentais, estas realidades urbanas e arquitetónicas que vão subsistindo no interior de Portugal.

Aceitando que alguns dos melhores exemplares podem, efetivamente, representar uma sincera conversão cristã e conseqüente orgulho em demonstrá-lo dessa forma, outros exemplos também se aplicarão, como aquelas que representam gestos abruptos e repentinos quererem mesmo assinalar, por parte de um cristão-velho, uma habitação de família criptojudáica, colando-lhe assim o epíteto perante a sociedade, fosse o convertido sincero ou não. Outras podiam ser marcas de sacralização de um cristão-velho sob uma casa onde sabia terem vivido cristãos-novos ou mesmo judeus. Muitas delas podiam também servir de estratégias de comunicação entre a comunidade, para assim se identificarem e de alguma forma tentarem, através de laços de solidariedade e entreajuda, manterem-se coesos e próximos, reconhecendo-se através de simbolismos indecifráveis.

Estratégia que por sua vez, pode também ser identificada em correres de casas que possuem portas interiores e permitiam a circulação interna, possivelmente em casas pertencentes a diferentes famílias, mas vizinhos, que assim circulavam livremente e longe de olhares indiscretos para se juntarem e cumprirem os seus rituais secretamente, com mínimo risco de se exporem à sociedade.

Podiam também adotar estratégias que omitissem a sua verdadeira religião, através da simbologia, práticas e rituais cristãos em dinâmicas de cariz judaico, de forma a minimizar a estranheza de determinado gesto perante a sociedade, como foi popularizado através da narrativa que se encontra associada às alheiras de caça transmontanas, por exemplo, o que ajuda a compreender que grande terá sido a destreza e capacidade de adaptação desta comunidade em vários contextos.

Era necessária uma dose extra de coragem para inscrever na sua própria casa um símbolo que podia ser interpretado de forma ambígua, e a esta distância temporal, especialmente, de difícil interpretação.

Outro elemento patrimonial que nos pode ajudar a enquadrar esta temática, são as casas de mercador, que apesar de não terem uma relação

direta com a comunidade judaica, encerra conteúdos, nas suas próprias características, que muitas vezes preconceituosamente, associamos à comunidade judaicas ou descendentes socialmente, como são os mercadores, associados ao crescente dinamismo económico do império português do século XVI, que acompanharam na dominação filipina.

Tratam-se de imóveis, notadamente, distintos da paisagem urbana de então, definidos pela ostentação de uma janela esculpida em estilo tardogótico, também conhecidas como janelas manuelinas, normalmente, no primeiro andar de um imóvel com balcão, que possui dois vãos de largura distinta, de acabamento biselado, correspondendo o mais estreito ao acesso ao sobrado, que compunha o piso de habitação, e o mais largo, no rés-do-chão, à entrada para o comércio. Quando se verifica a existência de ambos os vãos no piso térreo, geralmente, mantêm-se os distintos vãos como definidor dos acessos aos espaços público e privado.

Tratando-se de casas luxuosas e ostensivas de comerciantes cristãos-novos, de conduta criptojudáizante, que assim emanavam o seu estatuto e prosperidade, talvez até conseguindo impor uma certa distância social que lhes permitisse preservar as suas tradições judaicas ou não, certo é que também estes imóveis constituem a realidade que esta comunidade experimentou.

Naturalmente, que a grande maioria das casas seriam construções pouco edificantes, assumindo mesmo que nesta época as casas de pedra ainda não fossem a grande maioria no cenário urbano, apesar da existência de um bom número destes imóveis nas regiões rurais do centro e norte de Portugal, ainda, que nos pode ajudar a identificar núcleos urbanos que correspondam às vivências da idade média, mas especialmente, da época moderna tornando-os coevos destas realidades que descrevemos.

Assim, temos diversas formas de observar e conhecer estas realidades ainda nos nossos territórios, percorrendo as aldeias e vilas do interior, para onde um bom número dos membros desta comunidade se deslocaram no decorrer da época moderna, permanecendo na época contemporânea adentro, praticamente até aos nossos dias, representando um testemunho de verdadeira resiliência e apego cultural de uma comunidade que soube ultrapassar todas as vicissitudes que se lhes cruzaram e mantiveram, de alguma forma, o

fundamento que os seus antepassados, a tanto custo e à base de uma boa dose de criatividade, transmitiram às novas gerações, permitindo-lhes a existência, da mesma forma que se compõem como uma herança comum aos portugueses.

Apesar de também ser história, esta é uma realidade que chegou aos dias de hoje, na comunidade judaica de Belmonte verdadeira e direta herdeira destes homens e mulheres e que são um verdadeiro exemplo vivo de que a história é escrita pelas próprias pessoas ao mesmo tempo que a fazem, definem e preservam, mantendo vivo um legado milenar, que apesar de circunscrito em termos religiosos a essa localidade da Beira Baixa, tem uma profundidade e enraizamento assinalável em muitas das nossas pequenas terras do interior, que não sendo extraordinárias do ponto de vista arquitetónico ou estético, encerram o que de mais profundo existe na nossa identidade cultural, a vida daqueles que nos antecederam.

Gouveia, 17 de Maio de 2021

Joel A. Saraiva Correia

A  
r  
q  
u  
e  
ó  
l  
o